

RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.573 - PR (2018/0259844-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : J L DE S N
RECORRENTE : DOTTI E ADVOGADOS
ADVOGADOS : ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI DORIA - PR020900
PATRICIA MARTINELLI FAGUNDES HELEBRANDO E
OUTRO(S) - PR064235
RECORRIDO : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADOS : ISABELA BRAGA POMPILIO - DF014234
NATÁLIA ALVES BARBOSA - DF042930
CELSO DE FARIA MONTEIRO - DF031550
INTERES. : C R F

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INIBITÓRIA C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 20, § 3º, DO CPC/73.

1. Cuida-se, na origem, de ação inibitória c/c pedido de compensação por danos morais, ajuizada em razão de publicações de caráter ofensivo em páginas de rede social.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, é impositiva a rejeição dos embargos de declaração.
3. À luz do disposto no art. 20, § 3º, do CPC/73, em havendo condenação, o respectivo valor deve ser adotado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência, observados os limites mínimo de 10% e máximo de 20%. Precedentes.
4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por J. L. DE S. N. e DOTTI E ADVOGADOS, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 16/05/2018.

Concluso ao gabinete em: 11/01/2019.

Ação: inibitória c/c pedido de compensação por danos morais, ajuizada por J. L. DE S. N. em face de C. R. F. e FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA., devido a publicações de caráter ofensivo em páginas de rede social.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido em relação a FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA., para condená-lo na obrigação de retirar em definitivo as publicações ofensivas apontadas pelo autor, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. Outrossim, julgou procedentes os pedidos em face de C. R. F., para determinar que retire, em definitivo, as referidas publicações, se abstendo de fazer novas, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00, bem como para condená-la ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 30.000,00. Por derradeiro, condenou ambos os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono do autor, no valor de R\$ 3.000,00 pela ré C. R. F. e R\$ 1.500,00 pelo réu FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA..

Acórdão: (i) deu provimento a agravo retido para reconhecer a perda de objeto da questão referente à indicação das URL's, ante o cumprimento em definitivo da liminar; (ii) deu provimento à apelação interposta por J. L. DE S. N. para afastar a aplicação do Marco Civil da Internet, condenando o réu FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. solidariamente ao pagamento da compensação por danos morais, bem como para modificar o termo inicial dos juros moratórios; (iii) negou provimento ao apelo de FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA..

Embargos de declaração: os embargos opostos por J. L. DE S. N. foram acolhidos, com efeitos infringentes, para corrigir erro material no tocante à data de início da vigência do Marco Civil da Internet, e para sanar omissão relativa ao termo inicial dos juros de mora. Os embargos opostos pelo FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 20, § 3º, do CPC/73 e 1.022, II, do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que os honorários advocatícios devidos pelo réu FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. devem ser fixados entre 10 e 20% do valor da

condenação.

Petição: por meio da petição acostada à e-STJ fls. 1.150/1.154, o recorrido FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. pleiteia o sobrestamento do recurso especial, ao argumento de que a questão relativa aos honorários advocatícios é acessória à matéria discutida no recurso extraordinário que interpôs nos autos, o qual se encontra sobrestado até o julgamento do Tema 533 da Repercussão Geral.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do pedido de sobrestamento do recurso especial

Inicialmente, indefiro o pedido de sobrestamento formulado pelo recorrido FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA., por não vislumbrar, na hipótese, necessária relação de prejudicialidade entre a tese a ser firmada pelo Supremo Tribunal Federal e a questão debatida no recurso especial.

- Da violação do art. 1022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu expressamente acerca da distribuição dos ônus da sucumbência, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo recorrente, de fato, não comportavam acolhimento quanto ao tema.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca

do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15.

- Da fixação dos honorários advocatícios

Quanto ao mérito, contudo, assiste razão ao recorrente, haja vista que o acórdão recorrido, apesar de reconhecer a responsabilidade solidária do FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. no pagamento da compensação por danos morais, manteve o capítulo da sentença que, mediante juízo de equidade, fixou os honorários advocatícios devidos por esse réu no valor fixo de R\$ 1.500,00.

Com efeito, consoante a pacífica jurisprudência desta Corte, firmada à luz do art. 20, § 3º, do CPC/73, nas causas em que há condenação, o respectivo valor deve ser adotado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência, observados os limites mínimo de 10% e máximo de 20%. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.310.580/SP, 3ª Turma, DJe de 16/11/2018; AgRg nos EDcl no REsp 1.305.321/RS, 3ª Turma, DJe de 14/12/2015 e AgInt no AREsp 1.121.454/MG, 4ª Turma, DJe de 26/09/2018.

Logo, o recurso especial comporta acolhimento no ponto.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, IV, “a”, e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para fixar os honorários advocatícios devidos pelo réu FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ao patrono do autor no montante equivalente a 10% do valor da condenação.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

